



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6226

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

**Autoria:** Maria Fátima Pereira Macedo

**Data:** 20/10/2005

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 134/2005. Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências. (Referente à Lei nº 3.512, de 29/12/2005).

**Controle Interno – Caixa:** 07

**Posição:** 59

**Número de folhas:** 08

---

Espécie: PL  
Categoria: criação  
Cx: 07  
Ordem: 59  
nº fls: 06



134/2005  
22.12.2005

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2005

AUTOR:

Vereadora – Maria de Fátima Pereira Macedo

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em 20/10/2005**
- 2 - **Comissão Legislação e Justiça**
- 3 -
- 4 - *VISTAS Em 21.12.2005*
- 5 - *APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 6 - *CIA Em 22.12.2005*
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vereadora Fátima Pereira Macedo

## Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_/2005

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências.**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros;

**Art. 2º** - Competirá ao Conselho Municipal acompanhar, avaliar e rever as diretrizes do Plano Decenal de Educação;

**Art. 3º** - A composição do Conselho Municipal dar-se-á sob a seguinte representação de seguimentos :

- I - Um representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
- II - Um representante da Superintendência Regional de Ensino;
- III - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV - Um representante das Diretoras das Escolas Municipais;
- V - Um representante das Diretoras das Escolas Estaduais;
- VI - Um representante dos Servidores Públicos Municipais da Educação;
- VII - Um representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas;
- VIII - Um representante das Entidades Filantrópicas conveniadas;

**Art. 4º** - Todos os integrantes do Conselho Municipal serão nomeados pelos seus pares (art. 3º) e terão direito à voz e voto e, qualquer um deles, poderá fazer parte da Diretoria do Conselho.

**Art. 5º** - Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar esta Lei no prazo de 60(sessenta) dias a contar da data de publicação.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 18 de outubro de 2005.

  
**Fátima Pereira Macedo**  
vereadora





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências”, de autoria da Vereadora Fátima Pereira Macedo.**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto, apesar de abordar questão de competência do Executivo Municipal, já que trata da criação de Conselho Municipal, não impõe a este a obrigação de criar referido Conselho, mas apenas o autoriza a fazê-lo, portanto, não invade a competência prevista em Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.


É o parecer, sob ~~censura~~.

Montes Claros, 24 de outubro de 2005.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

Assinatura  
22/12/05  


Assinatura  
22/12/05  


EMENDA AO PROJETO DE LEI N. \_\_\_\_/2005, que:

“ Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências”

EMENDA:

Altera o artigo 5º. do referido projeto, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 5º.** – Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar esta Lei no prazo de 180(cento e oitenta) dias a contar da data de publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, 20 de dezembro de 2005.



LIPA XAVIER  
Vereador



CORIOLANDO DA SOLEDADE RIBEIRO AFONSO  
Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2005 QUE “ Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências.”, de autoria dos Vereador Lipa Xavier e Coriolano Da Soledade Afonso Ribeiro.**

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A emenda sob comento altera a redação do Art. 5º do projeto de lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros, alterando o prazo para regulamentação do citado projeto, passando de 60 (sessenta) dias para 180 (cento e oitenta dias).

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade na referida alteração.

Assim sendo, somos de parecer que a emenda em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 22 de dezembro de 2005.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

AS Comissões  
22/12/05

Adubado  
22/12/05

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. \_\_\_\_/2005, que:

“ Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências”

EMENDA:

Altera o artigo 3º. do referido projeto, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º. - A composição do Conselho Municipal dar-se-á sob a seguinte representação de seguintes:

- I- Um representante da Comissão de Educação da Câmara Municipal;
- II- Um representante da Superintendência Regional de Ensino;
- III- Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV- Um representante dos Diretores de Escolas Municipais;
- V- Um representante dos Diretores de Escolas Estaduais;
- VI- Um representante dos Servidores Públicos Municipais da Educação;
- VII- Um representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas;
- VIII- Um representante das Entidades Filantrópicas conveniadas;
- IX- Um representante do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais;
- X- Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, 20 de dezembro de 2005.

  
LIPA XAVIER  
Vereador

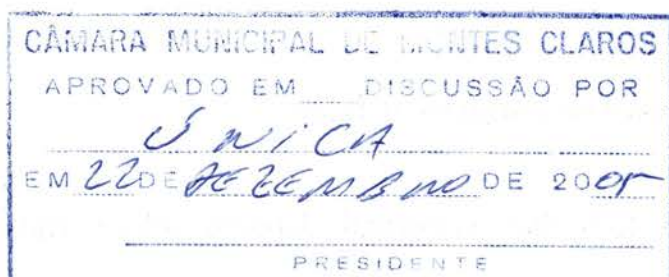
  
CORIOLANDO DA SOLEDADE RIBEIRO AFONSO  
Vereador



Lei Municipal Legal e Constitucional

A. Silva  
22.005

Paraná  
21







# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2005 QUE “ Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros e dá outras providências.”, de autoria dos Vereador Lipa Xavier e Coriolano Da Soledade Afonso Ribeiro.**

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A emenda sob comento altera a redação do Art. 3º do projeto de lei que Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Plano Decenal de Educação do Município de Montes Claros, alterando a composição do mencionado conselho, passando de 08 (oito) para 10 (dez).

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade na referida alteração.

Assim sendo, somos de parecer que a emenda em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 22 de dezembro de 2005.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605